26º ENANCIB
Encontro Nacional de Pesquisa e Pós-Graduação em Ciência da Informação
A Amazônia na sociedade global em rede: assimetrias e potencialidades informacionais, tecnológicas e ambientais
Belém, Pará, 09 a 13 de novembro de 2026
Universidade Federal do Pará

ENCONTRO NACIONAL DE PESQUISA E PÓS-GRADUAÇÃO EM CIÊNCIA DA INFORMAÇÃO
ISSN 2177-3688

GT 12 – Informação, Estudos Étnico-Raciais, Gênero e Diversidades

LOURDINHA LUNA: UMA MULHER ENTRE PAPÉIS

LOURDINHA LUNA: *A WOMAN BETWEEN ROLES*

Danuza Rodrigues Cordeiro Mariano – Universidade Estadual da Paraíba /(UEPB)
Ana Cláudia Cruz Córdula – Universidade Federal da Paraíba /(UFPB)
Carla Maria de Almeida – Universidade Federal da Paraíba /(UFPB)
Vancarder Brito Sousa – Universidade Estadual da Paraíba /(UEPB)

Modalidade: Trabalho Completo

Resumo: Este artigo tem como objetivo compreender o arquivo pessoal de Maria de Lourdes de Lemos Luna (Lourdinha Luna) como espaço de memória, analisando de que modo os documentos que compõem seu acervo evidenciam sua trajetória e suas contribuições para os campos intelectual, cultural e social da Paraíba. A pesquisa parte da problemática da invisibilidade dos arquivos de mulheres nos espaços de custódia e nas narrativas históricas. O referencial teórico fundamenta-se nos estudos sobre arquivos pessoais, memória social e gênero, compreendendo os arquivos como construções sociais que produzem representações, identidades e sentidos. Sob essa perspectiva, os arquivos de mulheres são entendidos como importantes instrumentos para problematizar processos históricos de silenciamento e exclusão. Metodologicamente, trata-se de uma pesquisa qualitativa, exploratória, descritiva e documental, desenvolvida primeiramente a partir de um levantamento bibliográfico, e através da pesquisa de campo. O corpus empírico da pesquisa é constituído pelo arquivo pessoal de Lourdinha Luna, custodiado pela Fundação Casa de José Américo. Como fonte auxiliar, analisamos documentos do arquivo pessoal de Socorro Lemos, sobrinha de Lourdinha Luna. A análise desses acervos evidencia que a trajetória da titular é marcada por múltiplas atuações, como escritora, historiadora, servidora pública, memorialista e articuladora cultural. Por conseguinte, o arquivo pessoal de Lourdinha Luna constitui um espaço de produção de conhecimento e memória.
Palavras-chave: Lourdinha Luna; arquivos de mulheres; arquivos pessoais; gênero.

Abstract: This article aims to understand the personal archive of Maria de Lourdes de Lemos Luna (Lourdinha Luna) as a space of memory, analyzing how the documents that make up her collection shed light on her life story and her contributions to the intellectual, cultural, and social spheres of Paraíba. The research addresses the issue of the invisibility of women's archives in custodial institutions and historical narratives. The theoretical framework is grounded in studies on personal archives, social memory, and gender, understanding archives as social constructs that produce representations, identities, and meanings. From this perspective, women's archives are understood as important tools for examining historical processesof silenc ing and exclusion. Methodologically, this is a qualitative, exploratory, descriptive, and documentary study, conducted first through a literature review and then through field research. The empirical corpus of the study consists of the personal archive of Lourdinha Luna, held by the Casa de José Américo Foundation. As a supplementary source, we analyzed documents from the personal archive of Socorro Lemos, the niece of Lourdinha Luna. An analysis of these collections reveals that the subject's career is marked by multiple roles, including those of writer, historian,public servant, memoirist, and cultural organizer. Consequently, Lourdinha Luna's personal archive serves as a space for the production of knowledge and memory.
Keywords: Lourdinha Luna; women's archives; personal archives; gender.

1 INTRODUÇÃO

Os arquivos pessoais, enquanto lugar de registros documentais de trajetórias individuais, constituem fontes privilegiadas para a investigação das dinâmicas de construção de identidades, memórias e práticas sociais. Arquivos pessoais de mulheres possuem características singulares, pois, trata-se de um grupo social historicamente marginalizado pelas narrativas hegemônicas de cunho patriarcal, e que tem na invisibilidade de seus arquivos esse reflexo.

A pesquisa parte da constatação de que os arquivos de mulheres foram desvalorizados ou desconsiderados como fontes históricas legítimas, em razão de vieses de gênero que atravessam a própria constituição dos acervos, bem como suas formas de organização, descrição e preservação. A exemplo disso, tomamos como referência a trajetória de Maria de Lourdes de Lemos Luna, conhecida como Lourdinha Luna, personalidade de relevância intelectual no cenário paraibano, mas, no entanto, é reconhecida dentro de um estereótipo limitante como a secretária do político e escritor José Américo de Almeida (1887–1980).

A pesquisa, que é resultado parcial de dissertação de mestrado em andamento, emerge a partir de uma inquietude, trazendo como questionamento: quem foi Lourdinha Luna e de que modo os documentos que compõem seu arquivo pessoal possibilitam compreender sua trajetória e papel para o cenário intelectual, cultural e social paraibano?

Para responder a esse questionamento, traçamos como objetivo compreender o arquivo pessoal de Maria de Lourdes de Lemos Luna (Lourdinha Luna) como espaço de memória, analisando de que modo os documentos que compõem seu acervo evidenciam sua trajetória e suas contribuições para os campos intelectual, cultural e social da Paraíba.

A escolha por estudar o arquivo pessoal de Lourdinha Luna decorre da relevância de seu percurso enquanto historiadora, servidora pública e escritora paraibana, cuja atuação se estende por diversos campos da vida social e cultural do estado. Entre suas diversas atuações, destaca-se também sua proximidade com o escritor e político José Américo de Almeida, a quem acompanhou como secretária particular durante quase duas décadas. Essa vivência a inseriu diretamente nos bastidores da vida política e cultural paraibana, além de ampliar sua consciência sobre o valor da memória e a importância dos documentos de arquivo.

Após o falecimento de José Américo, foi uma das principais articuladoras da criação da Fundação Casa de José Américo (FCJA), na qual atuou como secretária do Conselho Deliberativo.

A pesquisa caracteriza-se como qualitativa, de caráter exploratório e descritivo, articulando procedimentos bibliográficos, documentais e de campo. Tem como principal fonte empírica o Arquivo Pessoal Maria de Lourdes de Lemos Luna (Lurdinha Luna), atualmente sob a custódia da FCJA e em processo de organização. Paralelamente, foi estabelecido contato com Socorro Lemos, sobrinha de Lourdinha Luna, cujo arquivo pessoal reúne documentos e objetos relacionados à trajetória de sua tia. Esse conjunto documental foi considerado como fonte complementar, contribuindo para ampliar o universo empírico da investigação e possibilitando o cotejamento de diferentes registros relacionados à trajetória, à atuação e à memória de Lourdinha Luna.

2 ARQUIVOS PESSOAIS E O DESAFIO EM DESCORTINAR OS ARQUIVOS DE MULHERES

Na literatura brasileira, ainda nas décadas de 1970 e 1980, o conceito de arquivo pessoal frequentemente se confundia com a noção de privacidade, conforme observa Campos (2024). A literatura mais recente tem se dedicado a explicitar e delimitar as distinções entre os diversos tipos de arquivos, baseando-se tanto na etimologia dos termos, quanto nas categorizações legais e jurídicas que os definem. Córdula, Almeida, Oliveira e Silva (2020), por exemplo, apresentam uma distinção entre arquivos pessoais privados, privativos e públicos. As autoras ressaltam que a trajetória dos arquivos pessoais é permeada por uma dualidade:

de um lado, o caráter privado, que se manifesta na construção desses arquivos enquanto fundos abertos; de outro, o caráter público, que adquire relevância quando esses arquivos são incorporados por instituições públicas de custódia.

Campos (2024), ao analisar a produção sobre arquivos pessoais na Base de Dados em Ciência da Informação (BRAPCI), identifica o crescimento das publicações sobre o tema. Segundo o autor, os arquivos pessoais consolidam-se como objeto de estudo da Arquivologia, ampliando debates teóricos e metodológicos na área.

Os Arquivos pessoais são definidos como conjuntos documentais produzidos, acumulados e organizados por uma pessoa física ao longo de sua vida, resultantes de suas atividades, interesses e experiências. Esses documentos, refletem aspectos variados da trajetória do indivíduo, abrangendo esferas pessoais, profissionais, sociais e culturais, e podem incluir documentos de diferentes gêneros e espécies, sendo, portanto, comumente reconhecidos como arquivos especiais (Camargo, 2009).

No livro Arquivos pessoais: reflexões multidisciplinares e experiência de pesquisa, organizado por Travancas, Rouchou e Heymann (2013), os arquivos pessoais são apresentados como fontes relevantes para diferentes áreas do conhecimento, especialmente por seu caráter singular e íntimo. As autoras destacam que esses acervos registram trajetórias individuais e possibilitam compreender os contextos sociais, históricos, culturais e políticos de seus titulares. Marcados pela subjetividade e pela fragmentação, os arquivos pessoais refletem escolhas, hábitos e prioridades de seus produtores e/ou organizadores, constituindo importantes fontes de memória e de construção de narrativas históricas. Assim, sua análise requer uma abordagem interdisciplinar, articulando perspectivas da História, Sociologia, Antropologia, Arquivologia, Ciência da Informação e Literatura.

No campo dos arquivos pessoais, destacam-se as especificidades dos arquivos de mulheres, ainda pouco representados nos acervos públicos e privados brasileiros. Historicamente relegadas ao espaço privado, as mulheres tiveram suas trajetórias e contribuições sociais frequentemente invisibilizadas na construção da memória coletiva. Essa desigualdade de gênero também se reflete na documentação histórica, evidenciada pelo reduzido número de arquivos de mulheres na cidade de João Pessoa (PB). O cenário se torna ainda mais complexo quando analisado a partir das intersecções de raça, classe e gênero, que revelam a baixa representatividade da diversidade nos acervos.

Ainda no contexto dos arquivos pessoais de mulheres, os desafios se intensificam: além da escassez de acervos custodiados em instituições públicas, há uma histórica desvalorização, um silenciamento desses documentos como fontes legítimas de memória e pesquisa. Chaves (2021) e Monteiro, Costa, Alves e Mendes (2019) apontam a descrição arquivística não apenas como instrumento técnico, mas como prática política, a partir das informações singulares, próprias da titular, capaz de conferir visibilidade, reconhecimento e ressignificação às experiências registradas nesses arquivos, tornando-se, assim, uma ferramenta estratégica na luta contra o apagamento simbólico e material das mulheres na história.

Ao longo da história, as experiências das mulheres foram frequentemente silenciadas ou relegadas ao âmbito do privado, do doméstico e da intimidade (Perrot, 1988). Isso se reflete na escassez e fragmentação dos registros documentais a elas relacionados, bem como em sua ausência em acervos pessoais, catálogos, inventários e exposições arquivísticas. Como aponta Barros (2022, p. 12), "[...] escrever a história das mulheres apresenta desafios únicos devido à escassez numérica de vestígios disponíveis produzidos por elas, arquivos de mulheres, ou que evidenciem a trajetória e a memória delas". Nesse sentido, a prática nos arquivos, longe de ser neutra, também contribuiu para essa marginalização ao adotar critérios de seleção, valorização e difusão documental pautados em lógicas patriarcais e androcêntricas.

Revelar e evidenciar arquivos de mulheres exige uma postura crítica diante das fontes, reconhecendo que sua produção documental pode ocorrer em suportes e linguagens não tradicionais, como diários, cartas, fotografias, agendas e outros registros. Esses documentos constituem testemunhos relevantes de experiências individuais e coletivas.

Autoras como Joan Scott (1991), Michelle Perrot (1988, 1989) e, no cenário nacional, Heloísa Starling (1988), apontam a importância de repensar os conceitos de sujeito histórico e memória a partir da inserção das mulheres nos discursos historiográficos. Diversas pesquisadoras e pesquisadores têm se debruçado sobre a temática dos arquivos de mulheres, contribuindo para a consolidação de um campo interseccional entre Arquivologia, História, Antropologia, Sociologia e estudos sobre o gênero e feminismo.

Considerando esse cenário, observa-se um avanço progressivo nas discussões sobre a representatividade de mulheres no campo da Ciência da Informação, impulsionado por

iniciativas acadêmicas, pesquisas interdisciplinares e produções científicas comprometidas com a equidade de gênero em relação aos arquivos de e sobre mulheres. Um exemplo significativo desse movimento é a constituição de coletivos e redes de colaboração voltados à visibilização de sujeitos historicamente marginalizados.

Nesse contexto, destaca-se a Rede Arquivos de Mulheres (RAM), criada em 2020 por pesquisadoras(es) do Instituto de Estudos Brasileiros (IEB/USP) e do Centro de Pesquisa e Documentação de História Contemporânea do Brasil (CPDOC/FGV). A RAM constitui um espaço interinstitucional e interdisciplinar voltado ao enfrentamento da escassez de acervos produzidos por e sobre mulheres, promovendo estratégias para ampliar a diversidade documental e a representatividade da memória social, considerando recortes de gênero, raça, sexualidade e classe (Rede Arquivos De Mulheres - RAM, 2025).

Na pesquisa, identificou-se o Projeto TRAMA, uma iniciativa colaborativa nacional voltada à identificação e valorização da presença de mulheres nos arquivos. Desenvolvido pelo Grupo de Pesquisa Arquivos Privados e Pessoais (Grupo APP), sob coordenação da professora Patrícia Ladeira Penna Macêdo, do Departamento de Arquivologia da UNIRIO, o projeto tem como objetivo elaborar um guia nacional de arquivos históricos de mulheres a partir da identificação e organização de documentos pessoais. A iniciativa busca ampliar a visibilidade das trajetórias de mulheres e contribuir para uma memória social mais plural e representativa, por meio da colaboração de instituições, pesquisadores e responsáveis por acervos documentais (Projeto Trama, 2025).

Outra iniciativa relevante foi a criação, em 2022, do GT 12, intitulado: Informação, Estudos Étnico-Raciais, Gênero e Diversidades, grupo de trabalho da Associação Nacional de Pesquisa e Pós-Graduação em Ciência da Informação (ANCIB), que surge no contexto de fortalecimento de abordagens críticas na Ciência da Informação, reunindo estudos teóricos e aplicados voltados às relações entre informação, raça, classe, gênero, sexualidades, interseccionalidades e diversidades (Associação Nacional de Pós-Graduação e Pesquisa em Ciência da Informação, 2026).

Nesse contexto, a presente pesquisa dialoga diretamente com os objetivos do GT ao abordar a relação entre arquivos pessoais, memória social e gênero, contribuindo para a visibilização das trajetórias de mulheres nos processos de produção, preservação e difusão da informação. Ao analisar o Arquivo Pessoal Maria de Lourdes de Lemos Luna, o estudo

evidencia como os arquivos podem operar enquanto instrumentos de reconhecimento, representação e justiça informacional, ampliando as possibilidades de compreensão das memórias das mulheres.

3 MEMÓRIA, GÊNERO E RESISTÊNCIA

Jô Gondar (2016), ao discorrer sobre as características da memória, destaca, entre seus diversos aspectos, as dimensões ética e política, bem como sua estreita relação com o esquecimento. Tais aspectos são particularmente relevantes para a reflexão proposta neste estudo, uma vez que se relacionam diretamente com as narrativas constituídas a partir dos arquivos.

Ao abordar as dimensões ética e política da memória, Gondar (2016) a compreende como uma ferramenta que seleciona aquilo que merece ser preservado. Nesse sentido, afirma que a memória "[...] não é somente interpretar, no presente, o já vivido; a escolha sobre o que vale ou não ser recordado funciona como um penhor e, como todo penhor, diz respeito ao futuro" (Gondar, 2016, p. 24). Isso porque, segundo a autora, um documento não é inócuo, mas, resultante da sociedade que o produziu e da que o preserva. Nos levando a perceber que um arquivo é, portanto, uma montagem pautada em intenções destinada a um porvir (Gondar, 2016).

Desse modo, as dimensões ética e política permitem compreender a memória como uma construção que não é neutra nem universal, mas constituída intencionalmente. A seleção do que será preservado contribui para a definição dos discursos que serão legitimados como narrativas históricas e para a construção das identidades de uma sociedade. Nas palavras da autora, a memória "[...] envolve a escolha de um passado e a aposta em um futuro [...]" (Gondar, 2016, p. 24). Os elementos que orientam essa escolha são produzidos a partir do contexto social e cultural em que os grupos estão inseridos, refletindo valores, interesses e relações de poder historicamente constituídas.

Quando situamos essa reflexão no Brasil, as perspectivas decoloniais (Lugones, 2019; Quijano, 2005) nos orientam a entender como essas narrativas partem de uma cor, gênero, classe e posição geográfica. Os resquícios da colonização ainda influem na sociedade, estruturam o poder em torno da hierarquização das memórias, saberes e corpos.

O projeto de transformação civilizatória justificou a colonização da memória, e, junto dela, do entendimento das pessoas sobre si mesmas, sobre suas relações intersubjetivas, suas

relações com o mundo espiritual, com a terra, com a matéria da sua concepção sobre a realidade, a identidade, e a organização social, ecológica e cosmológica (Lugones, 2019).

A transformação civilizatória deliberou sobre o que deve ser relegado ao esquecimento. Assim, refletir sobre as dimensões ética e política da memória e sua influência nos processos de esquecimento implica compreender o arquivo como um campo de poder (Derrida, 2001). A memória preservada nos arquivos, ao mesmo tempo em que participa da construção de discursos sociais, também é moldada por eles. Sob essa perspectiva, a reduzida presença de arquivos de mulheres pode ser compreendida como resultado de processos históricos de seleção e exclusão que determinaram quais trajetórias, experiências e produções documentais seriam consideradas dignas de preservação.

Os estudos de gênero têm contribuído significativamente para a compreensão dos processos históricos de silenciamento e exclusão das mulheres, evidenciando que tais desigualdades resultam de relações de poder socialmente construídas. Nessa perspectiva, Gerda Lerner (2019) compreende o patriarcado como uma estrutura histórica responsável pela institucionalização da subordinação das mulheres, enquanto Silvia Federici (2017) demonstra como o desenvolvimento do capitalismo foi viabilizado pela exploração do trabalho das mulheres. Mary Beard (2018), por sua vez, analisa os mecanismos históricos de exclusão das mulheres nos espaços de fala e poder, ao passo que Judith Butler (2018) problematiza as normas sociais que regulam identidades e comportamentos de gênero. Em conjunto, essas autoras possibilitam compreender como o patriarcado determinou a estrutura e as relações sociais, incluindo aí, os processos de produção da memória e da história, contribuindo para a invisibilização das experiências e trajetórias das mulheres.

4 PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS

Do ponto de vista metodológico, a pesquisa adota uma abordagem qualitativa, com caráter exploratório e descritivo, mobilizando diferentes procedimentos para a produção dos dados, entre os quais se destacam a pesquisa bibliográfica, documental e de campo.

A abordagem qualitativa mostra-se pertinente à investigação, uma vez que busca compreender os significados, os contextos e as relações que constituem o objeto estudado, favorecendo uma análise interpretativa do acervo em suas dimensões simbólica, social, histórica e informacional.

A pesquisa bibliográfica foi realizada a partir do levantamento e da análise da produção científica relacionada aos temas arquivos pessoais, memória social e estudos de gênero, com a finalidade de fundamentar teoricamente o estudo. A pesquisa de campo, por sua vez, ocorreu mediante a aproximação direta com o arquivo pessoal de Lourdinha Luna, possibilitando o reconhecimento de sua organização, composição, condições de custódia e características documentais. Essa etapa foi realizada na (FCJA), instituição responsável pela custódia do referido acervo. Além disso, foi realizada uma aproximação com o arquivo pessoal de Socorro Lemos, sobrinha de Lourdinha Luna, que reúne documentos relevantes para a compreensão e a reconstrução da trajetória de sua tia, contribuindo, desse modo, para a ampliação das fontes documentais utilizadas na pesquisa.

A dimensão documental constitui o eixo central da investigação, tendo como *corpus* empíricos o arquivo pessoal de Lourdinha Luna e o arquivo pessoal de sua sobrinha, Socorro Lemos. Nessa perspectiva, os documentos são compreendidos simultaneamente como fontes e objetos de análise, uma vez que, para além de registrarem aspectos da trajetória da titular, também expressam relações sociais, contextos históricos, práticas e processos de construção da memória. Desse modo, a análise documental possibilita investigar as articulações entre produção documental, trajetória individual, memória social e construção de sentidos.

Posteriormente, foi realizada a análise documental, fundamentada em uma abordagem qualitativa e interpretativa, com o objetivo de compreender, a partir dos documentos, aspectos da trajetória da titular do acervo. Para tanto, foram utilizados, como instrumentos de coleta e sistematização dos dados, fichas de análise documental e registros descritivos das unidades documentais, que possibilitaram organizar as informações, observações e interpretações decorrentes do contato com o acervo. O que nos permitiu conhecer a trajetória de Lourdinha através de seus documentos.

O arquivo pessoal de Lourdinha Luna é composto por uma diversidade de tipologias documentais que refletem diferentes dimensões de sua trajetória pessoal, profissional e intelectual. Atualmente sob a guarda e curadoria da FCJA, o acervo foi doado por sua filha, Maria, poucos meses após o falecimento de Lourdinha Luna, ocorrido em 2019. O conjunto documental reúne aproximadamente 3.385 documentos, dos gêneros textual, iconográfico e tridimensional, e espécies, como convite, bilhete, coluna jornalística, carta, cartão postal,

diploma, fotografia, objeto pessoal entre outros, além de sua biblioteca pessoal, acondicionados em dezesseis caixas-arquivo.

Paralelamente, foi estabelecido contato com Socorro Lemos, sobrinha de Lourdinha Luna, cujo arquivo pessoal também reúne documentos relevantes para a pesquisa. Esse conjunto é constituído por aproximadamente 300 fotografias relacionadas a Lourdinha Luna, além de algumas condecorações recebidas por ela ao longo de sua vida, entre as quais se destaca o Troféu Heitor Falcão[1]. Esses documentos e objetos constituem fontes complementares ao acervo custodiado pela FCJA, contribuindo para ampliar as possibilidades de reconstrução e interpretação da trajetória de Lourdinha Luna.

5 DOCUMENTOS SOBRE LOURDINHA LUNA: UMA SEARA SENDO DESBRAVADA

Natural da cidade de Areia, no brejo paraibano, Lourdinha Luna nasceu em 1925, e faleceu em 30 de julho de 2018, aos 92 anos, em decorrência de uma embolia pulmonar. Sua formação inicial ocorreu em João Pessoa (PB), onde cursou o ensino primário e secundário no Colégio Nossa Senhora das Neves, complementando posteriormente seus estudos como curso de Secretariado na Fundação Getúlio Vargas, no Rio de Janeiro (RJ)

Figura 1- Formatura do curso de Secretariado de Lourdinha Luna na Fundação Getúlio Vargas



Fonte: arquivo pessoal Socorro Lemos (sobrinha).

[1] O Troféu Heitor Falcão constitui uma importante distinção no cenário social e cultural paraibano. Criado pelo jornalista e colunista social Abelardo Jurema Filho, em homenagem ao jornalista Heitor Falcão de Freitas, conhecido como “Agá”, o prêmio teve sua primeira edição em 1999. Desde então, a iniciativa tem como propósito reconhecer personalidades, instituições e empresas cuja atuação tenha contribuído para a sociedade e para o desenvolvimento da Paraíba.

Ainda jovem, ingressou no serviço público estadual, atuando em diferentes setores da administração pública paraibana e convivendo com importantes nomes da política estadual, entre eles José Américo de Almeida (Figura 2), conforme relatado em sua obra Rastros na areia: solidão e glória de José Américo (Luna, 1987).

Figura 2 - Lourdinha Luna e José Américo de Almeida



Fonte: arquivo pessoal Socorro Lemos (sobrinha).

Lourdinha Luna atuou como secretária particular e colaboradora direta de José Américo. Durante quase duas décadas, exerceu atividades de elaboração de correspondências, organização de documentos, datilografia de livros, conferências e discursos, além do acompanhamento de compromissos institucionais e demandas ligadas à vida política e intelectual de José Américo.

José Américo reconhecia sua competência e o papel que desempenhava na mediação de sua produção intelectual e de suas relações institucionais. Essa proximidade, permitiu que Lourdinha acompanhasse acontecimentos relevantes da vida cultural paraibana.

Para além de sua atuação como secretária, Lourdinha Luna foi memorialista e escritora, escrevendo nove livros sobre personalidades e espaços paraibanos, conforme é possível visualizar na Figura 3, em que consta a linha do tempo dos livros publicados por ela.

Figura 3 - Linha do tempo da produção bibliográfica de Lourdinha Luna



Fonte: elaborada pelas autoras (2026).

Além da publicação em livros, atuou como colunista em jornais de circulação estadual, entre eles o Jornal Correio da Paraíba, A União e Jornal O Norte, consolidando sua presença no campo intelectual paraibano. Na Figura 4, é possível visualizar a matéria do jornal Correio da Paraíba, na data de 16 de abril de 2006, em que a titular fala sobre patrimônio, turismo e identidade regional.

Figura 4 - Matéria “Gravatá vs. Areia” (16/04/2026), de autoria de Lourdinha Luna, no jornal Correio da Paraíba


CORREIO Domingo, 16 de abril de 2006 • Paraíba A-9

Lourdinha Luna

Gravatá vs. Areia

História e Turismo se completam. O que seria do Turismo sem a História que é fundamental para os que, no uso do tempo livre, se deslocam do seu entorno habitual para conhecer outros lugares e se interessam em saber como surgiu aquela cidade, quem foram os seus maiores.

O Turismo no Brasil data de 1948, e 30 anos depois ainda era uma atividade praticada apenas no sul do país. A literatura de Jorge Amado abriu a cortina da Bahia e as excursões estenderam-se a Salvador. No Nordeste, até então, viagem de recreio só tinha quem tivesse condição financeira para assumir os encargos do passeio, uma cansativa aventura que, de João Pessoa ao Rio de Janeiro, levava um dia entre as nuvens.

Pela empresa de Turismo RAVENA (Sonia) com um grupo de alto astral em que figurava Mirtes Bichara, Sulene Gadelha, Onélia Queiroga, Pastora e Aparecida Carneiro, Nita Leão, Aurisiela Palito e Socorro, sua filha , Waldecir Soares, Eunice Caldas, Céu Costa e a minha querida geriatra Janualria Queiroga, para citar as do meu conhecimento naquela turma de notáveis, passei um fim de semana em Gravatá, para conferir o por quê de tantos paraibanos adquirir propriedades naquele município pernambucano.

Essa introdução visa puxar a brasa para minha sardinha...

Os anciersses se ressentiam da marginalização em que viviam imposta pela queda do café, da cana de açúcar e do sisal. Só discerniam uma saída para o isolamento compulsório - um hotel que integrasse Areia na via do Turismo. Como governador Ivan Bichara realizou esse sonho. No alto da colina verde onde está plantado, a visão é suntuosa e à noite, localiza-se, pela iluminação elétrica, as cidades circunvizinhas.

O hotelzinho romântico e aconchegante, está desestruturado. Com um pouco de determinação poderá voltar a ser como foi edificado por Burity, seguindo a orientação de seu idealizador.

Areia tem tudo para entrar na rota dos lugares bem visitados. O clima ameno dispensa ar condicionado ou ventilador. Barra de Santa Rosa fornece o melhor camarão, criado em cativeiro, carne de sol e de cabrito, o mais saborosas da região, e o que dizer do queijo de coalho ou de manteiga?

Os engenhos que não estão de "fogo morto" podem oferecer o espetáculo da moagem da cana, e seus produtos: a garapa, o mel, a rapadura, o aliinin. Fabrica-se licores, biscoitos e doces primorosos com matéria prima nativa, e os alambiques oferecerão os drinques de aguardente de cabeça.

O artesanato é variado, com peças de crochê, tricô, bordado e de outras espécies, remanentes dos ensinamentos das religiosas franciscanas.

Quanto à cultura há uma Escola Superior, a Biblioteca José Américo, a Casa Pedro Américo e quem desejar conhecer a história da terra onde "Canta a Cigarra" é só contatar o historiador por vocação, membro do IHGP, Tancredo Torres, que será abastecido.

E se alguém sonhar com uma noite de composição erudita é só convocar a maestrina Sílvia Perazzo que no Teatro Minerva, o mais antigo da Paraíba, terá horas de sensação espiritual de caráter estético. Se a preferência for ouvir um violão de escol, convoque Beatriz Perazzo.

Restaurado o Hotel Bruxaxá o desemprego cairá no município e tenho certeza que a alhaneza para a cidadezinha "branca lá da serra" que dista apenas 90 minutos da capital, por estrada recém asfaltada, será o destino dos pessoenses, para o lazer nos feriados e os primeiros a aderirem serão Adyla e Crispim.

Quem viver verá.

Lourdinha Luna é historiadora

Fonte: arquivo pessoal Maria de Lourdes de Lemos Luna (2026).

Por sua atuação como escritora, Lourdinha Luna integrou espaços de sociabilidade intelectual, como membro da Academia Feminina de Letras e Artes da Paraíba (AFLAP) e da Academia de Letras de Areia (ALA), ampliando sua participação nos debates culturais e literários do estado. Essas experiências evidenciam que sua trajetória ultrapassou a atuação nos bastidores da produção de outros sujeitos, revelando uma atuação intelectual autônoma, perceptível na Figura 5.

Figura 5 - "Por do Sol Literário" na Academia Paraibana de Letras (APL), em 18 de junho em 2015



2ºCaderno Diversidade

8 A UNIÃO

Diálogos de criação

Nova edição do Pôr do Sol Literário acontece hoje, na APL; evento busca estimular a produção e o debate sobre a literatura paraibana

Guilherme Cabral

Serviço

Fonte: arquivo pessoal Maria de Lourdes de Lemos Luna (2026).

A condecoração presente no conjunto documental (Figura 6) constitui vestígio material do reconhecimento atribuído à trajetória de Maria de Lourdes Lemos de Luna. Ela desloca o olhar sobre Lourdinha Luna de uma trajetória circunscrita ao exercício da função de secretária para uma compreensão mais ampla de sua participação na vida cultural e intelectual paraibana.

Figura 6 - Diploma do prêmio Heitor Falcão entregue à Lourdinha Luna



Fonte: arquivo pessoal Maria de Lourdes de Lemos Luna (2026).

As informações levantadas nos documentos em tela, nos permitem deslocar olhares reducionistas e ampliar a compreensão da sua trajetória revelando uma mulher que circulou por diferentes espaços de sociabilidade e poder, estabelecendo redes de relações e desempenhando papéis relevantes nos campos político, cultural e intelectual.

Os resultados desta investigação confirmam a relevância dos arquivos pessoais como objetos legítimos de estudo no campo da informação e da memória, especialmente quando analisados sob perspectivas que articulam memória social e gênero. O Arquivo Pessoal Maria de Lourdes de Lemos Luna demonstrou ser mais do que um conjunto documental preservado institucionalmente, trata-se de um espaço de representação, de produção de sentidos e de afirmação identitária, capaz de revelar múltiplas facetas de uma mulher que atuou como escritora, pesquisadora, servidora pública e colunista dos principais jornais da Paraíba.

6 TECENDO ALGUMAS CONSIDERAÇÕES

A investigação sobre o arquivo pessoal de Lourdinha Luna evidencia a potência dos arquivos de mulheres como fontes de conhecimento, instrumentos de memória e dispositivos de resistência simbólica. Entendê-la através do arquivo pessoal, significa ultrapassar uma visão reducionista que a identifica apenas com o exercício do secretariado. Embora essa atividade tenha sido um importante aspecto de sua trajetória, os documentos reunidos em

seu arquivo pessoal evidenciam uma atuação mais ampla, revelando sua inserção em diferentes espaços sociais, culturais e intelectuais. Nesse sentido, a reflexão de seu acervo possibilita trazer à luz dimensões de sua vida que permaneceram pouco visibilizadas.

A trajetória de Lourdinha Luna evidencia a atuação de muitas mulheres na produção intelectual, cultural e política de seus contextos, embora frequentemente tenham sido relegadas às posições secundárias nas narrativas históricas tradicionais. Seu arquivo permite compreender que as mulheres não foram apenas objetos da história, mas também sujeitos ativos na produção de conhecimento, na construção de redes de sociabilidade, na mediação de processos políticos e na preservação de patrimônios documentais e culturais. Ao reconhecer Lourdinha Luna como produtora de documentos, memória e conhecimento, amplia-se o entendimento da participação da mulher na história paraibana e brasileira.

REFERÊNCIAS

ASSOCIAÇÃO NACIONAL DE PÓS-GRADUAÇÃO E PESQUISA EM CIÊNCIA DA INFORMAÇÃO (ANCIB). **Grupo de Trabalho 12 – Informação, Memória e Sociedade**. Porto Alegre – RS. Disponível em: https://ancib.org/coordenacoes-e-ementas-de-gt/. Acesso em: 23 mar. 2026.

BARROS, Vitória Regina de Luna Cavalcanti. **A representatividade dos arquivos de mulheres**: a experiência da FGV CPDOC. 2022. 114f. Dissertação (Mestrado em Ciências Sociais) – Programa de Pós-Graduação em História, Política e Bens Culturais, Fundação Getúlio Vargas, Rio de Janeiro, 2022. Disponível em: https://www.academia.edu/98688380/A_Representatividade_dos_Arquivos_de_Mulheres_a_Experi%C3%AAncia_da_FGV_CPDOC. Acesso em: 30 out.2026.

BEARD, Mary. **Mulheres e poder**: um manifesto. Tradução de Celina Portocarrero. São Paulo: Planeta do Brasil, 2018.

BUTLER, Judith. **Problemas de gênero**: feminismo e subversão da identidade. Tradução de Renato Aguiar. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2018.

CAMARGO, Ana Maria de Almeida. Arquivos pessoais são arquivos. **Revista do Arquivo Público Mineiro**, Belo Horizonte, v. 45, n. 2, p. 26-39, 2009. Disponível em: https://www.siaapm.cultura.mg.gov.br/acervo/rapm_pdf/2009-2-A02.pdf. Acesso em: 7 set. 2026.

CAMPOS, José Francisco Guelfi. Arquivos pessoais: um balanço da literatura recente publicada em periódicos brasileiros. **Em Questão**, Porto Alegre, v. 30, p. 1-34, 2024. Disponível em: https://seer.ufrgs.br/index.php/EmQuestao/article/view/138459/92378. Acesso em: 24 fev. 2026.

CHAVES, Elisa Maria Lopes. A importância da descrição arquivística na disseminação de arquivos pessoais de mulheres. *In*: SIMPÓSIO INTERNACIONAL DE ARQUIVOS, 8., 2021, São Paulo. **Anais Simpósio Internacional de Arquivos**. São Paulo: Centro Sérgio Buarque de Holanda, 2021, p. 1-14. Tema: Arquivo, documento e informação em cenários híbridos. Disponível em: https://www.even3.com.br/anais/simposiointernacionaldearquivos/290137-a-importancia-da-descricao-arquivistica-na-disseminacao-de-arquivos-pessoais-de-mulheres/. Acesso em: 2 jun. 2026.

CÓRDULA, Ana Cláudia Cruz; ALMEIDA, Carla Maria de; OLIVEIRA, Bernardina Maria Juvenal Freire; SILVA, Alba Lígia de Almeida. A dualidade entre o público e o privado: entrefaces dos arquivos pessoais. **Revista Analisando em Ciência da Informação**, João Pessoa, v. 8, p. 71-84, 2020. Disponível em: https://revista.uepb.edu.br/racin/article/view/3991. Acesso em: 2 jun. 2026.

DERRIDA, Jacques. **Mal de arquivo**: uma impressão freudiana. Tradução de Cláudia de Moraes Rego. Rio de Janeiro: Relume Dumará, 2001.

FEDERICI, Silvia. **Calibã e a bruxa**: mulheres, corpo e acumulação primitiva. Tradução de Coletivo Sycorax. São Paulo: Elefante, 2017.

FUNDAÇÃO CASA DE JOSÉ AMÉRICO. **José Américo de Almeida**. João Pessoa: FCJA, [s. d.]. Disponível em: https://fcja.pb.gov.br/jose-americo. Acesso em: 23 mar. 2026.

GONDAR, Jô. Cinco proposições sobre memória social. **Morpheus**, Rio de Janeiro, v. 9, n. 15, p. 19-40, 2016. Edição especial. Disponível em: http://www.seer.unirio.br/index.php/morpheus/article/view/5475/4929. Acesso em: 15 jun. 2026.

LERNER, Gerda. **A criação do patriarcado**: história da opressão das mulheres pelos homens. Tradução de Luiza Sallera. São Paulo: Cultrix, 2019.

LUGONES, María. Rumo a um feminismo decolonial. *In*: HOLLANDA, Heloísa Buarque de (org.). **Pensamento feminista**: conceitos fundamentais. Rio de Janeiro: Bazar do Tempo, 2019. p. 357-378.

LUNA, Maria de Lourdes Lemos. **Rastros na areia**: solidão e glória de José Américo. João Pessoa: A União, 1987.

MONTEIRO, Alessandra Nóbrega; COSTA, Anna Beatriz Oliveira Menezes; ALVES, Carolina Gonçalves; MENDES, Juliana Maia. Arquivos pessoais de mulheres: a experiência da Escola de Ciências Sociais (FGV CPDOC). *In*: SEMINÁRIO DE SABERES ARQUIVÍSTICOS INTERNACIONAL (SESA), 9., 2019, João Pessoa. **Anais Seminário de Saberes Arquivísticos Internacional**. João Pessoa: UFPB, 2019. p. 73-87. Disponível em:

https://abpanet.org/repositoriodereferencias/arquivos-pessoais-de-mulheres-a-experiencia-da-escola-de-ciencias-sociais-fgv-cpdoc/. Acesso em: 30 out. 2026

PERROT, Michelle. **Os excluídos da história**: operários, mulheres e prisioneiros. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1988.

PERROT, Michelle. Práticas da memória feminina. **Revista Brasileira de História**, (xx local), v. 9, n. 18, p. 9-18, 1989. Disponível em: https://snh2017.anpuh.org/resources/download/1246015089_ARQUIVO_michelleperrot.pdf. Acesso em: 20 out. 2026.

PROJETO TRAMA. traMA: Mapa Colaborativo de Identificação de Mulheres no Arquivo. Rio de Janeiro: UNIRIO, 2025. Disponível em: https://www.unirio.br/cchs/labapp/trama . Acesso em: 2 jun. 2026.

QUIJANO, Aníbal. **Colonialidade do poder, eurocentrismo e América Latina**. Buenos Aires: CLACSO, 2005. Disponível em: https://inegalagoas.org/wp-content/uploads/2020/04/quijano-colonialidade-do-poder.pdf. Acesso em: 30 out. 2026

REDE DE ARQUIVOS DE MULHERES. **Sobre a RAM**. Rio de Janeiro, 2021. Disponível em: https://redearquivosdemulh.wixsite.com/website-2. Acesso em: 2 maio 2026.

SCOTT, Joan. Gênero: uma categoria útil de análise histórica. **Educação & Realidade**, Porto Alegre, v. 16, n. 2, p. 5-22, jul./dez. 1991. Tradução de Guacira Lopes Louro.

STARLING, Heloísa Murgel. **Os senhores das gerais**: os novos inconfidentes e o movimento separatista de 1798. São Paulo: Brasiliense, 1988.

TRAVANCAS, Isabel; ROUCHOU, Joëlle; HEYMANN, Luciana. **Arquivos pessoais**: reflexões multidisciplinares e experiências de pesquisa. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2013.